

DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER: IDENTIDADES E TENTATIVA DE BUSCA PELA VERDADE

Débora MARQUES¹

Priscila Júlio Guedes PINTO²

RESUMO: Neste presente trabalho, analisamos um interrogatório policial de uma Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher com o intuito de evidenciar: (i) como a construção sequencial de pares adjacentes de Pergunta-Resposta favorece uma tentativa de construção da verdade e (ii) como se processa a co-construção de identidades dos participantes envolvidos. Para nossa análise, utilizamos as ferramentas da Análise da Conversa de base Etnometodológica, da Sociolinguística Interacional, bem como da Etnografia.

PALAVRAS-CHAVE: Análise da Conversa Etnometodológica. Sociolinguística. Etnografia. Linguística Aplicada. Organização sequencial. Busca da verdade. Identidade.

Introdução

Nesse presente trabalho, apresentamos nossas análises de dados gerados numa Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher (doravante DRCCM), na região sudeste do Brasil (Minas Gerais).³ Nossos corpora de pesquisa foram coletados de abril a maio e de agosto a outubro de 2007, tendo como paradigma de pesquisa a perspectiva qualitativa e a Etnografia para a coleta de dados; para o trabalho de observação (como

1 Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. debora.marques@ufjf.edu.br

2 Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. deusdelite@ig.com.br

3 A fim de preservar o anonimato dos participantes desse estudo, todos os nomes pessoais bem como o nome da cidade foram substituídos por nomes fictícios quando citados no decorrer das interações e, nas transcrições, há os papéis desempenhados nesse ambiente institucional (inspetor; vítima e suspeito).

observador-participante)⁴ e para a gravação, em áudio, do evento interrogatório policial.

Como forma de análise e arcabouço teórico, valemo-nos da perspectiva de trabalho da Análise da Conversa de base Etnometodológica (doravante ACe), a qual tem alargado seu escopo, já que para além da fala cotidiana, também a institucional tem sido fonte de inúmeros trabalhos que visam a compreender o ordenamento da interação entre os participantes, bem como dos estudos em Sociolinguística, no que tange à construção de identidades e alinhamentos.

No interrogatório policial analisado, investigamos como se processa a tentativa de construção da verdade construída turno-a-turno (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 2003; DREW; HERITAGE, 1992; HUTCHBY; WOOLFITT, 1998; DREW, 1992; GAGO, 2005; PSATHAS, 1995a), por meio de sequências de perguntas produzidas por um inspetor de polícia (OSTERMANN, 2002), que é quem coordena a interação de interrogatório nesse ambiente.

Levando em consideração que essa sequência interacional da conversa de pares adjacentes de pergunta-resposta (ANDRADE; OSTERMANN, 2007) restringe a tomada de turnos dos participantes, postulamos que, no ambiente analisado da DRCCM, as perguntas feitas pelo inspetor encaminham o interrogatório para seu objetivo primeiro, que é o de chegar à verdade dos fatos (FOUCAULT, 1995).

Dessa forma, defendemos a ideia de que, nesses interrogatórios, há uma tentativa de construção da verdade que se processa interativa e sequencialmente por meio das perguntas produzidas pelo inspetor.

E, ainda, intentaremos evidenciar como os participantes evocam, manifestam e tornam relevante uma determinada identidade ao se orientarem para certas convenções e restrições operantes no decorrer da interação gravada na DRCCM, uma vez que consideramos que a interação social incorpora uma ordem social e institucional e que essa “ordem interacional” (GOFFMAN, 1955, 1983 apud HERITAGE, 1997, p. 161) abrange um conjunto complexo de direitos e obrigações interacionais que estão ligados à identidade pessoal e às instituições macro-sociais.

4 Para mais, cf Gold (apud KAWULICH, 2005, p. 08). Pesquisadoras envolvidas na geração de dados: Débora Marques e Priscila Júlio Guedes Pinto.

Nessa perspectiva, identidade será aqui estudada como forma situada e negociada, no aqui e agora da interação, ou seja, como um fenômeno discursivo, co-construído e negociado em situações de fala-em-interação.

Neste trabalho, demonstraremos também como os participantes se relacionam consigo mesmos, com os outros e com o enunciado que está sendo proferido ou recepcionado e como essas relações levam a diferentes enquadres.

A Análise da Conversa e Foucault: contribuições

Tomando-se como ponto de partida a ideia de que a linguagem é, para além de uma manifestação de estruturas cognitivas, um elemento crucial na construção das ações sociais, entendemos que as ações, interativamente co-construídas, como na DRCCM, refletem o engajamento dos membros da sociedade que, por meio do uso da linguagem, realizam *coisas* coordenadamente, construindo, colaborativamente, seus encontros.

Dessa forma, se *dizer é fazer*, nossa intenção é mapear como se dá a organização da interação que é construída nesse ambiente institucional.

Como apresentamos na introdução, a Análise da Conversa de base Etnometodológica tem como foco de interesse elucidar e descrever o fenômeno interacional, como ele se organiza e por quais práticas ele é produzido, tal como pontuou Schegloff:

[...] o esforço é elucidar e descrever a estrutura de um fenômeno coerente, naturalmente delimitado pelo domínio dos fenômenos em interação, como eles são organizados e as práticas pelas quais são produzidos. [A Análise da Conversa está] [...] engajada, dentre outras coisas, no estudo da organização da ação social.⁵ (1987, p. 101-102).

Para a ACe, o contexto é aquele sequencialmente produzido por meio das ações dos participantes, ou seja, ele é construído, evocado e guiado por meio da interação, o que equivale a dizer que os participantes co-constroem o contexto de suas conversas em e por meio de suas próprias conversas (HERITAGE, 1997). Assim, a ACe tem como objetivo descobrir os proce-

5 [...] the effort is to elucidate and describe the structure of a coherent, naturally bounded phenomenon of domain of phenomena in interaction, how it is organized, and the practises by which it is produced. (...) [Conversation Analysis is] [...] engaged, among other things, in the study of the organization of social action. (SCHEGLOFF, 1987, p. 101-102)

dimentos e as competências sociolinguísticas que sublinham a produção e a interpretação da fala em seqüências organizadas de interação (HUTCHBY; WOOLFITT, 1998).

Essa interação sofre restrições do ambiente institucional, que reduz a variedade de práticas interacionais que poderiam estar disponíveis para os participantes em outros ambientes, mas que, por exigirem uma especialização, limitam e norteiam as práticas institucionais (DREW; HERITAGE, 1992). Ainda, a conversa, nesses ambientes, está associada a arcações inferenciais diferentes e a procedimentos particulares para contextos institucionais específicos.

Segundo Heritage (1997), há seis lugares básicos para investigar a ‘institucionalidade’ da interação: (i) na organização de tomada de turnos; (ii) na organização estrutural global da interação; (iii) na organização da seqüência; (iv) no modelo de turno; (v) na escolha lexical e (vi) na assimetria epistemológica e de outras formas (HERITAGE, 1997, p. 164).

Dessa forma, na DRCCM, cenário institucional no qual nossos dados foram gerados, buscaremos a ‘institucionalidade’ das interações lá produzidas por meio da organização da seqüência, que, como apresentamos, realiza-se por meio de pares adjacentes de P-R.

A organização da seqüência se constitui como uma análise central para a ACe, já que, entendendo *contexto* como aquele sequencialmente produzido, as ações construídas turno-a-turno nos permitem mapear e compreender o que está sendo interacionalmente construído.

Diante desse tipo de análise sequencial, emerge, nesse ambiente institucional da Delegacia, uma noção importante e sempre visada nos mais variados ambientes institucionais jurídicos: a questão da busca pela verdade.

Segundo Foucault (1995), os modelos de verdade no ocidente têm origem nas práticas judiciárias do direito penal. Esse novo modelo de verdade que se estende a práticas sociais mais amplas e a outras áreas do saber é, para o filósofo, uma forma de dominação e de organização, tanto do sujeito quanto das formas de conhecimento desse sujeito.

Nesse processo de busca pela verdade, o inquérito é apontado como forma característica e a mais importante de se apurar a verdade nas sociedades ocidentais:

O inquérito é apontado por Foucault como uma descoberta capital. Foi a fórmula encontrada para unir, de uma só vez, poder, conhecimento do sujeito e verdade; ele se

cristaliza nas monarquias como o procedimento de estabelecimento da verdade. No entanto, o surgimento do inquérito não deve ser entendido como um processo nas formas racionais de estabelecimento da verdade, [como] uma evolução das provas (...). Essa nova prática é o resultado de transformações políticas; [já que] os novos estados nacionais necessitavam desse sistema judiciário para sustentá-los. [Dessa forma,] o inquérito é, principalmente, uma forma de governo e uma modalidade de gestão. (GAGO, 1997, p.37)

Assim, centrar-nos-emos em verificar como a sistemática organizacional da interação em sequências de P-R na Delegacia contribui para uma tentativa de construção da verdade, já que essa ‘verdade’ é coletada, via interação, por meio das perguntas que o inspetor produz para os outros participantes, em que, seguindo uma agenda tópica oculta, vai levantando questões a fim de apurar o fato ocorrido.

Os estudos da Análise da Conversa e da Sociolinguística Interacional sobre alinhamento e construção de identidade

Em ambientes institucionais como a DRCCM, veremos que os participantes se orientam para a construção de identidades ligadas às identidades relevantes dessa instituição, como suspeito, inspetor e vítima. Porém, nesse ambiente, veremos também que outras identidades surgem.

A identidade se torna visível na fala, ou seja, é por meio da fala-em-interação que as identidades podem também ser co-construídas, uma vez que

as pessoas não têm passiva ou potencialmente essa ou aquela identidade que causa sentimentos e ações, mas elas desenvolvem e trabalham para essa ou aquela identidade, por si mesmas e pelos outros, ambas com um fim em si mesmas ou em direção a algum outro fim. (ANTAKI; WIDDICOMBE, 1998, p. 3)

Na visão da ACe,

a identidade não deveria ser tratada como um ‘recurso’ explanatório que nós, como analistas, levamos conosco para uma cena onde as pessoas estão interagindo, mas como um ‘tópico’ que requer investigação e suor uma vez que nós chegamos lá. (ANTAKI; WIDDICOMBE, 1998, p. 02)

Como já mencionado anteriormente, essa perspectiva tem como pressuposto inicial o fato de que os participantes de uma situação de fala-em-

interação podem ser descritos a partir de uma multiplicidade de categorias (gênero, idade, papéis sociais, institucionais, etc.), sendo a categoria identidade um tipo particular de categorização.

Dessa forma, considerando essas categorias, podemos dizer que o estudo de identidade pode ser visto como um fenômeno situado ou indexicalizado e, principalmente, tornado relevante pelos participantes.

No que se refere à Sociolinguística Interacional, é importante destacar os conceitos de alinhamento, *footing* e enquadre.

Segundo Matoesian (1999), Goffman (1979, apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998) introduziu o conceito de *footing* como um meio de demonstrar a negociação linguística de nossas identidades sociais e conversacionais que emergem durante a fala, ou seja, o que falantes e ouvintes dizem e fazem em determinados momentos interacionais é sinalizado por meio de pistas de contextualização como aspectos prosódicos e linguísticos que servem como base para a interpretação de elocuições (cf. GUMPERZ, 1995 apud MATOESIAN, 1999, p. 493).

Goffman (1979, apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998) define *footing* como “o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”, isto é, para Goffman, o *footing* é uma mudança de postura do *self* na sua relação consigo mesmo, com o outro e com o enunciado que está sendo proferido ou recepcionado.

Com relação à noção de alinhamento proposta por Goffman (1979 apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998), Tannen e Wallat (1998) definem *footing* como: “uma outra forma de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos, uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na forma como conduzimos a produção ou recepção de uma elocução” (RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p. 184).

Como um exemplo de mudança de enquadre, as autoras baseiam-se em uma consulta pediátrica. Durante a consulta, as autoras observaram que a pediatra mudava, a todo momento, sua postura e até mesmo sua linguagem para explicar à mãe a respeito da doença de seu filho, para entreter a criança a fim de realizar um exame e para falar com a câmera de vídeo destinada aos alunos do curso de medicina.

Nesse sentido, os *footings* conectam-se com os alinhamentos, uma vez que a mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros de acordo com a maneira como condu-

zimos e recebemos uma elocução. Os *footings* sinalizam o que dizemos ou fazemos, bem como indicam como interpretamos o que é dito ou feito, sendo, portanto, o desdobramento do enquadre, o que acarreta dizer que “uma mudança em nosso *footing* é uma outra forma de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos” (GOFFMAN, 1979 apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p.75).

Além dos conceitos de enquadre, alinhamento e *footing*, Goffman (1979 apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998) sugere uma nova classificação para os conceitos de falante e ouvinte, já que a tradicional descrição de falante e ouvinte não dá conta de descrever as complexidades do processo de comunicação em tempo real da interação.

Goffman decompõe os papéis de falante em categorias mais específicas, via o que o autor chama de *formato de produção*. O *animador* é a caixa sonora de emissão dos enunciados; o *autor* é aquele que compõe as palavras; e o *responsável* é aquele que é responsabilizado pelas palavras. Todos esses papéis podem recair sobre um mesmo falante como, por exemplo, um jornalista de jornais televisivos, que exerce o papel de animador das palavras que lê, sendo o redator do jornal o autor das palavras ditas pelo jornalista e o chefe da redação ou o dono do jornal o responsável pelas palavras.

Da mesma maneira, Goffman decompõe o papel de ouvinte considerando a condição de participação oficialmente ratificada ou não do encontro social. Os participantes ratificados podem ser os endereçados pelas elocuições proferidas pelo falante, sendo aqueles “a quem o falante remete sua atenção visual e para quem espera eventualmente passar o papel de falante” (GOFFMAN, 1979 apud RIBEIRO; GARCEZ, 1998, p. 78) em contraposição ao participante ratificado não-endereçado.

Para o autor, mesmo não sendo participante oficial no encontro, podemos escutar uma conversa de perto de duas formas socialmente diferentes: (i) por intromissão — escutando às escondidas, por trás da porta; (ii) ou por acaso (ouvintes por acaso) — quando ouvimos de forma advertida, sem intenção de ouvir a conversa. Dessa forma, Goffman (1998) enfatiza que um participante ratificado pode não escutar uma conversa e alguém que esteja escutando-a pode não ser um participante ratificado. Essa descrição de categorias específicas para ouvintes se configura através do que o autor denomina de *status de participação* e a configuração que se estabelece entre falantes e ouvintes, em um determinado momento da fala, é denominada de *estrutura de participação*.

Para complementar as definições de Goffman, é válido mencionar a proposta de Zimmerman (1998) de que identidade pode ser estudada como um elemento do contexto para a fala-em-interação. Segundo o autor, a orientação dos participantes para uma ou outra identidade – sua própria ou dos outros – está vinculada à interação em curso e às ordens sociais circundantes.

Zimmerman (1998) aponta três categorias de identidade: (i) identidades discursivas – são aquelas ligadas à organização da interação momento-a-momento. Os participantes assumem identidades discursivas enquanto se engajam nas diversas atividades sequencialmente organizadas: falante corrente, ouvinte, contador de história, recipiente etc.; (ii) identidades situadas – são aquelas constituídas a partir de situações específicas para as quais os participantes, ou pelo menos um participante, se orientam em virtude de normas e rotinas unidas a uma determinada meta institucional.

Um exemplo de identidades situadas são as de suspeito, vítima e inspetor, presentes no interrogatório policial em análise. Todos esses participantes se orientam em relação a tarefas especializadas e particulares que compõem toda a rotina desse ambiente institucional; e ainda, há (iii) identidades transportáveis – são aquelas identidades latentes que seguem com os indivíduos enquanto eles se movem através de suas rotinas diárias: são identidades normalmente visíveis enquanto marcas físicas ou culturais (gênero, etnia etc.).

É relevante enfatizar que essas três categorias de identidades propostas por Zimmerman podem recair sobre um mesmo indivíduo. Um exemplo disso seria uma entrevista de emprego em uma empresa, em que temos com relação às identidades discursivas a alocação de turnos entre falante corrente (entrevistador) e próximo falante (entrevistado); com relação às identidades situadas: o entrevistador e o entrevistado; e, por último, com relação às identidades transportáveis: as características físicas do entrevistador e do entrevistado como etnia, gênero etc.

A Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher

A DRCCM é uma polícia civil especializada, procurada por mulheres que sofreram algum tipo de abuso, agressão ou constrangimento. Entretanto, embora receba o nome de Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher, na instituição em que nossos dados foram gerados, gravamos casos em que

o abuso/crime não foi, necessariamente, cometido contra uma mulher. Nesse presente trabalho, por exemplo, analisaremos um crime cometido contra um menor de 4 anos de idade.

Com isso, cabe esclarecer que já há alguns anos as Delegacias da Mulher no Brasil também servem ao propósito de atender denúncias de crimes contra menores.

Nesse ambiente institucional, as vítimas apresentam denúncias contra algum suspeito de agressão/delito. Num momento posterior, os envolvidos são intimados a comparecer na delegacia para darem seus depoimentos. Nesses, o inspetor de polícia interroga, investigando e apurando os fatos e depois disso, produz um relatório, que será encaminhado para a delegada, em que constam impressões e evidências (caso haja) coletadas do interrogatório que foi interativamente co-construído entre os participantes. Dessa forma, os participantes ratificados dessa interação são: (i) o inspetor de polícia; (ii) a vítima (podendo ser o representante legal) e (iii) o suspeito.

O inquérito policial é instaurado a partir da produção do BO e prossegue quando as partes envolvidas no crime/delito em questão são chamadas à Delegacia a fim de prestarem depoimentos, cujos teores serão cruzados pelos policiais responsáveis pelo caso para que medidas necessárias sejam tomadas.

A esse cruzamento de informações dá-se o nome de “processo de averiguação dos fatos”, e esse processo de averiguação se realiza, básica e discursivamente, no evento denominado interrogatório, momento no qual focamos nossa análise nesse ambiente institucional.

Análise de dados

Há ações rotineiras que se caracterizam como as fases da interação produzida na Delegacia. Essas ações rotineiras podem ser visualizadas nos excertos a seguir:

47	inspetor	muito bem↓ (0,2)((mexe em papéis)) então a senhora é a dona marta da silva não
48		é isso?
49	mãe	ahã.

50		esse rapaz que ta na minha frente aí é: (0,3) o andré↑ ((menor, possível vítima de
51	inspetor	abuso sexual)) não é isso?
52	mãe	ahã.

Excerto 1: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:47-52.

O inspetor enquadra o evento como um interrogatório e, como tal, realiza procedimentos rotineiros, tais como: “muito bem↓ (0,2) ((mexe em papéis)) então a senhora é a dona marta da silva não é isso?”, em que (i) checa os documentos apresentados pela mãe da vítima. Por ser uma interação legal, jurídica, a identidade dos participantes e a correspondência entre os participantes presentes e os intimados devem ser verificadas.

53		tá↓ (0,5) deixa eu perguntar pra senhora (0,1) tá constando aqui pra gente, não é
54	inspetor	isso (0,1), tá que a senhora fez o boletim de ocorrência, ta aqui com a gente, não
55		é isso? da polícia civil, né? dia dezesseis de abril, é isso mesmo, não é isso?
01	mãe	foi.
02		foi↓ aí ta escrito-o detetive escreveu pra mim o seguinte ô((lendo)) comparece a
03	inspetor	essa unidade policial a senhora marta da silva, não é isso?
04	mãe	ahã.
05	inspetor	mãe do menor andré, a senhora é mãe dele não é isso?
06	mãe	sou.
07		de quatro anos, relatando que o seu filho constantemente reclama que o autor o
08		obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?, e colocar na boca e chupar e
09		esclarece () que tentou encaminhar o caso-o caso ao conselho tutelar e que lá o
10		menor foi submetido ao exame médico, nada foi constatado no que tange ao
11		aspecto oral, porém que a criança continua dizendo que o mesmo colocou e
12	inspetor	continuou a assediá-la e a fazer o mesmo ato, que o autor mora nos fundos da
13		casa da vítima (0,2), e é casado com a irmã da vítima, que nega que seu marido
14		é capaz de fazer tal coisa (0,3) a senhora dona-dona marta confirma isto aqui
15		que está escrito pra mim? é isso mesmo? o que-o que leva a pensar, [só o que o
16		menino fala?
17	mãe	[o negócio↓
18		(0,2)
19		o negócio é o seguinte:: o menino (0,1) fica-ficava muito lá entendeu?, agora
20	mãe	que eu cortei

Excerto 2: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:53-55; 03:01-20.

Nesse excerto, há (ii) a leitura do BO, em que o inspetor verifica a veracidade e a correspondência entre o que está escrito com o que foi relatado

pela vítima (e em outros casos, por testemunhas) aos policiais militares ou civis chamados nos ambientes onde os crimes/delitos ocorreram.

Nas linhas 53-55, emerge da fala do inspetor a sua identidade institucional, marcada pelo uso inclusivo do termo “a gente”: “tá constando aqui pra gente, não é isso (0,1), tá que a senhora fez o boletim de ocorrência, tá aqui com a gente, não é isso?”, que se refere à instituição (DRCCM), ou seja, o inspetor diz em nome da instituição a qual pertence, exercendo aqui a identidade de responsável.

Em seguida, durante a leitura do BO, notamos que o inspetor, em algumas passagens, está sendo o porta-voz da mãe da vítima (cf. linhas: 09-12), relatando em nome da mãe para o suspeito, a queixa feita por ela. Nesse momento, então, a identidade que emerge da fala do inspetor é de animador, uma vez que ele é a caixa sonora de emissão dos enunciados proferidos pela mãe da vítima.

Para além da identidade de animador, percebemos a emersão da identidade situada de suspeito e vítima. No trecho “o autor o obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?”, (linhas 07-08) percebemos o surgimento da identidade de suspeito com o uso do termo “dele” que o coloca na condição de ouvinte endereçado, esclarecendo que o instrumento utilizado para a realização do abuso sexual foi o órgão genital do autor. Tal termo, seguido da *tag question* “né”, reforça o que foi enunciado pelo inspetor “o autor o obriga a pegar seu órgão genital”, comprometendo o suspeito com o que foi dito pelo inspetor. Nesse sentido, é evidente também que a argumentação da criança sobre o fato de o suspeito continuar assediando-a, coloca-a no papel de vítima e o considerado autor do crime no BO, como um possível suspeito (linhas 11-12).

É importante destacar que esse interrogatório é iniciado com perguntas feitas pelo inspetor para o suspeito. Essas perguntas emergem de uma agenda tópica programada pelo inspetor antes da chegada dos participantes, já que, devido à observação que fizemos, especificada em notas de campo, o inspetor, antes do encontro, realizou uma busca nos arquivos da polícia para a checagem dos antecedentes criminais do suspeito.

Assim, no excerto abaixo, ele enquadra o suspeito enquanto “possível” suspeito. Esse enquadramento é tornado claro logo no início, devido ao fato de ser o suspeito desse ‘novo’ delito um indivíduo já *fichado* pela polícia; condenado e cumpridor de uma pena legal (de doze (linha 12)).⁶

6 Refere-se ao artigo 12, do capítulo III da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, no qual há medidas

Essa identificação do suspeito como um possível culpado para o crime é evidenciada pelo uso de categorias relacionadas a esse ambiente policial como: “doze” (linhas 12,13 e 33), “condicional” (linhas 15, 17, 29 e 30) e “passagem pela polícia” (linha 07) que projetam a identidade no outro de suspeito.

01	inspetor	você tem ()? ((se dirigindo ao suspeito))
02	suspeito	tem não↓
03	inspetor	hein?
04		(1,0)
05	suspeito	tem não.
06		(0,5)
07	inspetor	tem passagem pela policia cara?
08	suspeito	já↓
09	inspetor	já?
10	suspeito	já.
11	inspetor	e por causa de quê?
12	suspeito	de doze.
13	inspetor	doze?
14	suspeito	é↓
15	inspetor	condenado?
16	suspeito	é-tô-três-é::agora to é::
17	inspetor	não↓eu te perguntei o seguinte, foi condenado↓
18	suspeito	fui.
19	inspetor	quanto tempo?
20	suspeito	três anos.
21	inspetor	()
22	suspeito	()
23	inspetor	onde?
24	suspeito	no cenara ((presídio))
25		(0,1)
26	inspetor	no cenara?
27	suspeito	é↓
28		(2,0)
29	inspetor	tá na condicional?
30	suspeito	é, tô na condicional↓
31	inspetor	tá por quanto tempo?

de prevenção ao tráfico ilícito e uso indevido de entorpecentes. O artigo 12 prevê uma pena de reclusão de três a quinze anos e pagamento de cinquenta a trezentos e sessenta reais dias-multas para aqueles que importam ou exportam, remetem, preparam, produzem, fabricam, adquirem ou vendem, trazam consigo ou guardam, etc, substâncias entorpecentes sem autorização ou em desacordo com a determinação legal (ANGHER, 2005. *Vade Mecum*, p. 818).

- 32 suspeito um ano-uma no e oito meses.
33 inspetor tá cumprindo aquele artigo, o doze ainda né?
34 suspeito é↓

Excerto 3: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:01-34.

Temos aqui sequências de pares adjacentes de P-R, nas quais o inspetor espera que o suspeito ratifique ter sido já condenado por um crime anteriormente (de doze).

As respostas do suspeito são diretas, curtas, atendendo, sucintamente, ao que foi solicitado pelo inspetor, o que pode sinalizar para o *knowhow* do suspeito com a estrutura dos interrogatórios.

Em alguns pares de P-R, a resposta fornecida não é a esperada e a projetada pela pergunta do inspetor, tal como temos em:

- 11 inspetor e por causa de quê?
12 suspeito de doze.
13 inspetor doze?
14 suspeito é.
15 inspetor condenado?
16 suspeito é-tô-três-é::agora to é::
17 inspetor não↓eu te perguntei o seguinte, foi condenado↓
18 suspeito fui.
19 inspetor quanto tempo?
20 suspeito três anos.

Dessa forma, na linha 17, ocorre um reparo⁷ (*other-initiated repair* (SCHEGLOFF; SACKS; JEFFERSON, 1977, p. 365) iniciado pelo inspetor sobre a fala do suspeito (linhas 16 e 17):

- 16 suspeito é-tô-três-é::agora to é::
17 inspetor não↓eu te perguntei o seguinte, foi condenado↓
18 suspeito fui.

Já que a resposta não foi a esperada (*expected answer* (LEVINSON, 1983, p. 336)), um novo turno (linha 17) foi iniciado como forma de reparar

7 Conforme Schegloff, Jefferson e Sacks (1977), o reparo se caracteriza pela identificação dos interagentes de um problema interacional, sendo, dessa forma, uma tentativa de resolução do mesmo, já que, para sanar o ‘problema’ instaurado, o reparo se torna foco da interação.

o anterior, com o intuito de receber uma nova resposta cujo conteúdo seja o esperado, que, no nosso caso, é o de comprometer o suspeito com a condenação que lhe foi imputada: “condenado?” (linha 15).

Há a presença nesse interrogatório de *tag questions*, que funcionam como forma de promover o comprometimento do outro participante com o que foi apresentado por ele como resposta:

47	inspetor	muito bem↓ (0,2)((mexe em papéis)) então a senhora é a dona marta da silva não é
48		isso?
49	Mãe	ahãm.
50	inspetor	esse rapaz que ta na minha frente aí é: (0,3) o andré↑((menor, possível vítima de
51		abuso sexual)) não é isso?
52	Mãe	ahãm.
53		tá↓ (0,5) deixa eu perguntar pra senhora (0,1) ta constando aqui pra gente, não é
54	inspetor	isso (0,1), tá que a senhora fez o boletim de ocorrência, ta aqui com a gente, não é
55		isso? da polícia civil, né? dia dezesseis de abril, é isso mesmo, não é isso?
01	Mãe	foi.
02	inspetor	foi↓ aí ta escrito-o detetive escreveu pra mim o seguinte ô ((lendo)) comparece a
03		essa unidade policial a senhora marta da silva, não é isso?
04	Mãe	ahãm.
05	inspetor	mãe do menor andré, a senhora é mãe dele não é isso?
06	Mãe	sou.
07		de quatro anos, relatando que o seu filho constantemente reclama que o autor o
08		obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?, e colocar na boca e chupar e esclarece
09		() que tentou encaminhar o caso-o caso ao conselho tutelar e que lá o menor foi
10		submetido ao exame médico, nada foi constatado no que tange ao aspecto oral,
11	inspetor	porém que a criança continua dizendo que o mesmo colocou e continuou a assediá-
12		la e a fazer o mesmo ato, que o autor mora nos fundos da casa da vítima (0,2), e é
13		casado com a irmã da vítima, que nega que seu marido é capaz de fazer tal coisa
14		(0,3) a senhora dona-dona marta confirma isto aqui que está escrito pra mim? é isso
15		mesmo? o que-o que leva a pensar, [só o que o menino fala?

Excerto 4: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:47-55; 03: 01-15.

Esse mecanismo de comprometimento tem um papel central nos interrogatórios policiais, dado que somente aquilo que é verbalizado, ou seja, expresso na fala das partes envolvidas pode ser levado em consideração e pode levar à resolução do caso, já que, é por meio da fala que há a confissão ou a negação da culpa.

Cabe comentar que as perguntas proferidas pelo inspetor se direcionam à apuração dos fatos, em que o policial vai construindo, numa co-pro-

dução com os outros participantes, o relato do delito, ou seja, as versões das partes: a narração da vítima e a versão dos fatos pelo suspeito.

É interessante notar como as perguntas do inspetor seguem uma agenda tópica que é guiada por seu *feeling* enquanto investigador e que vão se pautando por sua intuição do que pode levar à apuração dos fatos e, conseqüentemente, à verdade:

12	inspetor	a senhora não vai na casa da sua filha? quanto tempo sua filha ta com ele?
13		(0,5)
14	mãe	ah:, (0,2) foi antes de eu- foi assim que ela ficou grávida, a menina já ta com
15		nove anos.
16	inspetor	e ela trabalha? a sua filha?
17	mãe	não.
18	inspetor	ela não trabalha, fica em casa.
19	mãe	fica em casa↓
20	inspetor	o andré é que não sai do terreiro, só fica naquela área entre sua casa, fica no
21		terreiro lá, da casa da sua filha, não é isso?
22	mãe	ahãm.
23	inspetor	a sua filha não sai de casa, em que momento a senhora acha que isso pode ter
24		acontecido?
25	mãe	não:↓ minha filha sai, de vez em quando ela saía.
26	inspetor	ahãm.
27	mãe	agora que ela ta mais parada dentro de casa, de vez em quando ela saía.

Excerto 5: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 06: 12-27.

No excerto acima, é possível perceber como o inspetor constrói, encurralando o outro participante, uma conclusão preponderante para o caso, já que, se a filha, irmã da vítima menor, é esposa do suspeito e sempre fica em casa, *como* e *quando* pôde ocorrer o abuso? Ele encurrala a mãe da vítima ao projetar perguntas que seguem a estrutura: se X, então Y.

Nesse sentido, o inspetor incita perguntas que o levem, por meio do *encurralamento* do outro, à verdade dos fatos que não é explicitamente verbalizada pelos interagentes.

Como pode ser visto a seguir:

03	inspetor	o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.((se dirige ao suspeito))
04		o que eu tenho pra falar com você, eu tenho uma filha, tenho sobrinho, tem um
05		monte lá- e ele tomo(u) raiva de mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão
06		de criança, aí foi um negócio de papagaio, só que pra ele ele queria papagaio que
07		fazia de vareta, e eu fiz-só que aí eu peguei uma folha de caderno, amassei no
08	suspeito	meio e amarrei duas linhas e tal, aí eu falei, ô andré,eu não vou-vou fazê pro cê
09		senão as criança, daí ele arrumou um- e chorou pra caramba, aí desse dia pra lá
10		ele tomo raiva de mim (0,2) eu tenho filha também eu jamais faria isso com os
11		meninos.
12		mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é
13	inspetor	chupar, como é que é isso?
14	suspeito	() eu falei até com a mãe dele (), a briga comigo é por causa de papagaio.
15	inspetor	tá↓:: mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein? a senhora me explica isso pra
16		eu entender.
17	mãe	ah:: num sei.
18	inspetor	pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter visto?
19	suspeito	não::↓ele não vive lá em casa- eu- eu trabalho ()

Excerto 6: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 04:03-19.

Nessa sequência, ao proferir: “mas como é que um menino de quatro anos de idade vai saber como é que é chupar, como é que é isso?” (linhas 12-13), o inspetor, por meio de uma pergunta de encurralamento, intenta fazer com que as partes expliquem como uma criança poderia ter conhecimento desse tipo de ato sexual. Cabe dizer que, nesse ponto do interrogatório, já tinham sido fornecidas versões dos fatos pela mãe da vítima e pelo suspeito, o qual enquadrou o *possível* abuso sexual como: “aí desse dia pra lá ele tomo raiva de mim” (ABUSO SEXUAL DE MENOR, 04:09-10).

Essas perguntas de encurralamento são empacotadas pelo inspetor como perguntas, que à primeira vista, parecem ser descomprometidas, mas que, na verdade, carregam em si a preferência por respostas que visam a encurralar, no sentido de trazer à tona conteúdos e confissões, esclarecimentos até então omitidos pelos outros participantes.

Com relação à co-construção de identidades, percebemos que, nessa sequência, emerge da fala do suspeito sua identidade de vítima (Cf. linhas: 04; 10-11), apresentando como justificativa o fato de que ele tem uma filha e, por esse motivo, jamais cometeria tal crime com “os meninos” (linha 11).

Ao apresentar a justificativa de que tem uma filha, o suspeito também

constrói uma identidade de pai, já que enquanto tal jamais abusaria de sua filha e muito menos de outras crianças. Nesse sentido, podemos dizer que a argumentação do suspeito de que tem uma filha é uma tentativa de se posicionar como inocente da acusação de abuso sexual.

O inspetor, nas linhas 15 e 16, muda de tópico, o que fica evidenciado pelo uso de um marcador discursivo “tá↓:” no início do turno (Cf. OSTERMANN, 2003, p. 491) e lança uma pergunta “tá↓:: mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein? a senhora me explica isso pra eu entender.” (linhas 15-16) se dirigindo à mãe da vítima a fim de retomar o tópico sobre o crime. Essa, por sua vez, responde “ah:: num sei.” (linha 17).

Em seguida, o inspetor se dirige ao suspeito perguntando-lhe: “pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter visto?” (linhas 18). Aqui, é válido mencionar que o inspetor, nesse turno de pergunta, produz uma frase no condicional que pressupõe uma consequência: a ideia de que, por morarem próximos e pela presença assídua da vítima na casa do cunhado, se não há a possibilidade de o menor ter visto filmes eróticos, como ele poderia saber como fazer *sexo* oral? Nesse ponto, o inspetor estaria projetando a identidade do cunhado da vítima como possível suspeito do abuso.

Porém, no turno seguinte, o suspeito protege a sua face ao alegar que trabalha (“não::↓ele não vive lá em casa- eu- eu trabalho ()”, linha 19) e, por isso, o menor, mesmo que frequentasse sua casa, não teria momentos a sós com o suspeito, o que ratifica mais uma vez a identidade de vítima que o suspeito intenta projetar por meio de suas respostas.

Apresentaremos, na sequência, o relato da mãe da vítima sobre o que aconteceu com o menor (linhas 33-36; 40-41) e quais foram os procedimentos que ela tomou enquanto mãe da vítima, ao ficar sabendo do ocorrido.

33		aí um dia (0,1) eu dando banho nele, aliás, eu arrumando água pra dá
34	mãe	banho nele aí, eu peguei falei com ele-ele pegou e comentou isso pra
35		mim, aí isso me levou ao desespero, eu como mãe, eu tinha que levar meu
36		filho pra fazer um exame, entendeu?
37	inspetor	humhum.
38	mãe	entendeu?
39	inspetor	entendo.
40		aí, lá que-que o médico falou realmente né? que tinha coisado isso, né? aí
41	mãe	(0,1) o-o conselho tutelar↑ me encaminhou entendeu? pra eu vim aqui
42		(0,2)

43	mãe	aí (0,1) o-o conselho tutelar↑ me encaminhou entendeu? pra eu vim aqui
44	inspetor	e a senhora fez tudo isso? levou ao médico tal
45	mãe	leve↓
46	inspetor	e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?
47	mãe	o comportamento dele?
48	inspetor	é↓ ele vai à aula, pra escolinha?
49	mãe	ele tá na escolinha.
50	inspetor	ele tá indo na escolinha normalmente?
51	mãe	tá↓
52	inspetor	tá. tá lanchando e jantando tudo direitinho?
53	mãe	olha, isso aí ele nunca foi mesmo não↓
54	inspetor	tá.
55	mãe	ele come- ele come mas só come uma vez por dia.
56	inspetor	então tá normal o comportamento dele?.
57	mãe	tá::

Excerto 7: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 03:33-57.

Nas linhas 35-36, da fala da mãe (“eu como mãe, eu tinha que levar meu filho pra fazer um exame, entendeu?”) emerge a sua identidade como aquela figura materna que, ao ficar sabendo do crime, toma imediatamente providências, como levar o filho ao médico (linha 40) e procurar o Conselho Tutelar (linha 43).

Posteriormente ao relato da mãe, o inspetor começa a perguntar sobre o menor: se a mãe o levou ao médico (linha- 44); como está o comportamento dele, como ele está na escola, se ele está se alimentando direito etc. (linhas 46, 48, 50 e 52).

Porém, na linha 47, a mãe da vítima parece não entender a pergunta feita pelo inspetor no turno anterior (“e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?”- linha- 46), repetindo parte da elocução do inspetor “o comportamento dele?” (linha 50). Tal problema de entendimento por parte da mãe é reparado pelo inspetor (*other-initiated repair* (SCHEGLOFF et al., 1977, p. 365)) no turno subsequente, quando ele diz “é↓ ele vai à aula, pra escolinha?” (linha 48), tentando buscar a resposta para a pergunta feita por ele na linha 49.

Vale mencionar que esse problema de entendimento é negociado interacionalmente entre a mãe e o inspetor, os quais têm como foco a tentativa de resolução do problema.

Semelhante ao que ocorre na consulta pediátrica, apresentada por Tannen e Wallat (;1998), em que a pediatra utiliza registros diferentes ao se dirigir à mãe, à criança a aos residentes que assistem à consulta, nos nossos dados também encontramos essa mudança de registro.

Nas linhas 48, 50 e 52, o inspetor muda o seu registro ao se dirigir à mãe da vítima, utilizando o diminutivo “escolinha”, “direitinho” para que ela responda à pergunta feita por ele sobre o comportamento do menor, ou seja, o inspetor reformula a sua pergunta inicial — “e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?” (linha-46) — para que tal pergunta se torne mais clara e inteligível à mãe.

É importante ressaltar que, ao lançar perguntas à mãe como forma de investigar o comportamento da criança, o inspetor se mostra como um conhecedor do comportamento de uma criança que sofre abuso sexual, dado que é possível crianças, que sofrem abuso sexual, mudarem seus comportamentos.

Na próxima sequência, temos um exemplo de mudança de enquadre do inspetor ao tentar obter alguma informação do menor sobre o crime:

38	inspetor	e a senhora trabalha?
39	mãe	não.
40	inspetor	a senhora fica em casa, cuidando dos afazeres de casa↓
41	mãe	fico em casa.
42	inspetor	entendi.=
43		(0,1)
44	inspetor	=é e-e-e-e-ele sempre reclamou disso ou foi a primeira vez que ele reclamou?
45	mãe	não↓, ele me reclamou aquele dia né?
46	inspetor	me espera lá fora um pouquinho, eu te chamo já já. ((se dirige ao suspeito))
47	mãe	ele reclamou aquele dia.:
48	inspetor	senta o menino ali.
49		(0,8)
50	mãe	aqui?
51	inspetor	isso=
52		(0,2)
53	inspetor	=senta lá senhora=
54		(0,3)
55	inspetor	=deixa eu te falar um negócio (0,3) ô andré↓
56	mãe	no dia que eu fui levar ele lá no posto médico () ele ficou chorando=
57	inspetor	xô te perguntar um negócio
01	mãe	=ficou chorando

02	inspetor	andré (0,1) não::: (0,2) aqui ô, vou te dar um negócio
03	mãe	fala com ele meu filho, não vai te acontecer nada não↓
04		((o inspetor traz um brinquedo para a vítima))
05	inspetor	quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira? eu sento aí, quer? eu sento
06		ali quer? senta lá, no meu lugar.
07	mãe	senta lá meu filho↓
08	inspetor	ouve aqui () quer falar comigo não?
09	mãe	fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a mamãe=
10	inspetor	não quer falar, não quer falar não↓
11	mãe	=do mesmo jeito

Excerto 8: ABUSO SEXUAL DE MENOR , 2007, 04:38-57- 05:01-11.

Nesse momento da audiência, o inspetor pergunta para a mãe da vítima se ela trabalha fora de casa, se foi a primeira vez que o menor falou sobre o acontecido (turnos: 38; 40; 44-43), para que ele tenha uma melhor apuração sobre os fatos.

Na linha 50, o inspetor pede à mãe da vítima que sente a criança em outra cadeira, para que ele possa fazer algumas perguntas à vítima. Inicialmente, o inspetor se dirige ao menor de forma séria, sem estabelecer nenhum contato afetivo ou brincadeiras: “deixa eu te falar um negócio (0,3) ô andré↓” e “xô te perguntar um negócio”(linhas 55 e 57), exercendo aqui o seu papel de inspetor de polícia ao tentar adquirir de André informações verdadeiras sobre o ocorrido.

Não obtendo nenhum tipo de informação do menor, o inspetor muda de estratégia e oferece um brinquedo à vítima (linha 04). Nas linhas 05 e 06, o inspetor muda o seu enquadre e começa a ser mais amável com o menino na tentativa de criar uma relação de confiança com André: “quer brincar? () quer sentar aqui na minha cadeira? eu sento aí, quer? eu sento ali quer? senta lá, no meu lugar.”, “ouve aqui () quer falar comigo não?”, não conseguindo, no entanto, informações referentes ao crime relatado pela mãe da vítima.

Nesse turno, percebemos também que o inspetor, ao tentar ser mais afetivo com a criança, intenta construir a identidade de “amigo” do menor, para que este confie nele e, conseqüentemente, lhe diga a verdade.

Na seqüência em análise, podemos notar também que a mãe da criança, em contraponto ao enquadre que vinha tendo com o inspetor (linhas 46, 49), muda de enquadre ao dirigir ao filho, demonstrando uma relação mais afetiva com a criança (marcada pelo uso de “meu filho”, “mamãe”)- “fala

com ele meu filho, não vai te acontecer nada não↓”, “senta lá meu filho↓”, “fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a mamãe-” (linhas 03;07 e 09), procurando também fazer com que o menino tenha confiança em falar com o inspetor – “não vai te acontecer nada não↓” (linha 03).

Com o intuito de apresentar as principais perguntas proferidas pelo inspetor e que têm como expectativa a tentativa de se chegar à verdade dos fatos, apresentaremos abaixo excertos:

14	inspetor	não quer falar↓ o quê levou a senhora a entender que isto era verdade? é isso
15		que eu quero entender.
16	mãe	hum?
17	inspetor	o quê que levou a senhora a entender que isso era verdade
18	mãe	é porque, foi assim↓, ele comentou isso comigo, né, aí, foi assim, ele tava
19		brigando-brincando-brigando com a minha neta (0,1) de tarde
20	inspetor	hum.
21	mãe	nós mora no mesmo terreiro, minha neta mora nos fundos
22	inspetor	quantos anos tem sua neta?
23	mãe	oito-nove
24	inspetor	nove?
25		aí, eu peguei e falei assim com ele, porque ele é violento, sabe↓, é:: qualquer
26	mãe	coisa ta batendo, aí eu falei, filho, não fica brigando com ele assim não, porque
27		quando você for lá, eles vão te tratar mal, aí ele falou assim, mãe eu não vou lá
28		não.
29	inspetor	ele conversa bem ou tá tímido agora?
30	mãe	tá tímido
31	inspetor	ele conversa direitinho? tá tímido?
32	mãe	ah tá::, no dia que eu fui levar ele lá, nossa senhora:
33	inspetor	hum.
34	mãe	aí ele pegou e falou assim (0,2) é::
35	inspetor	eu quero saber da senhora o que te leva a acreditar que isso aconteceu, eu quero
36		uma resposta simples da senhora, agora eu tô perguntando simples pra senhora
37	mãe	ah tá.
38	inspetor	o quê que te leva a entender que isto aconteceu?
39	mãe	ah::num sei::, é porque é coisa que eu ouvi da boca dele
40	inspetor	e o quê que [a senhora acha?-
41	mãe	[é coisa que eu ouvi da boca dele
42	inspetor	-a senhora acha que aconteceu pelo que a senhora conhece do seu vizinho aí?
43	mãe	é (0,2) é como se diz né? prova né, essa palavra prova, a gente não pode ter:

44		eu não to perguntando prova↓, eu to te perguntando simplezinho, o quê que te
45		leva a concluir que isso aconteceu, seu filho já reclamou isso alguma vez ou foi
46	inspetor	a primeira? o quê que a senhora conclui, porque eu dependo do que a senhora
47		falar pra falar com ele.
48	mãe	não:::o que ele: não (0,1) ele não falou mais vezes não, foi só aquela mesmo.

Excerto 9: ABUSO SEXUAL DE MENOR, 05:14-48.

Nessa sequência, o inspetor coloca em evidência sua posição enquanto representante da lei, que deve encaminhar o caso para posterior aplicação de penas por meio da averiguação e da verdade dos fatos. Para tanto, ele, enfaticamente, apresenta, nas linhas 46-47: “eu dependo do que a senhora falar pra falar com ele”, sua dependência quanto ao que é negociado e interativamente construído pelos participantes ratificados nesse ambiente institucional.

Ao proferir as perguntas das linhas 14-15; 22; 29; 31; 35-36; 38; 40; 42 e 44-47, o inspetor tenta coletar informações que estão diretamente voltadas para a busca da verdade. Ele busca respostas para o porquê de a mãe da vítima ter entendido o *constrangimento* vivido por seu filho como um *crime* praticado contra ele e o porquê de ela acreditar que tenha sido seu genro o autor deste.

Nesse nosso evento, os participantes sabem o que estão desempenhando e quais as consequências e implicações judiciais. Dois exemplos ilustram isso: o primeiro é quando, como já apresentamos, o suspeito responde às perguntas iniciais do inspetor de forma sucinta, e o segundo se encontra no excerto acima, em que, refazendo o que foi exposto para o policial civil que fez o BO (“foi↓ aí ta escrito-o detetive escreveu pra mim o seguinte ô ((lendo)) comparece a essa unidade policial a senhora (...) de quatro anos, relatando que o seu filho constantemente reclama que o autor o obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?, e colocar na boca e chupar e esclarece () que tentou encaminhar o caso-o caso ao conselho tutelar e que lá o menor foi submetido ao exame médico (..)”), a mãe da vítima reformula a acusação, afirmando que o *possível* abuso sexual aconteceu somente uma vez e não “constantemente”, como foi apresentado anteriormente (“não:::o que ele: não (0,1) ele não falou mais vezes não, foi só aquela mesmo.”).

Considerações finais

As perguntas formuladas pelo inspetor de polícia da DRCCM para as partes: vítima e suspeito, nos deixam perceber o papel crucial que as sequências de pares adjacentes de pergunta-resposta (P-R) realizam nesse tipo de evento interrogatório, já que, baseando-se em uma agenda tópica que leva em consideração o conteúdo do BO e seu próprio *knowhow*, o inspetor projeta, em suas perguntas que visam ao esclarecimento do caso, tentando trazer à tona elementos omitidos/ocultados a fim de chegar, ou ao menos tentar, à verdade dos fatos.

Nesse interrogatório policial, vimos que o suspeito tenta construir sua identidade de inocente e que o inspetor atua como responsável, animador e como conhecedor do comportamento de uma criança que sofre abuso sexual, sendo, portanto, aquele que *diz em nome de, fala por, mostra ter conhecimento do comportamento de crianças que sofrem abusos sexuais*, tentando alcançar a verdade dos fatos, já que o objetivo primeiro de interrogatórios como esse é o de apurar os fatos para se chegar à verdade.

E, ainda, mostramos em nossas análises como as noções de enquadres e de identidades dão conta do que acontece nesse ambiente interacional, bem como demonstramos como pistas linguísticas evidenciam e sinalizam os diferentes enquadres. Também pudemos perceber que há a construção de identidades que surgem como características da organização sequencial da fala-em-interação, sendo, portanto, formas de como os participantes se dispõem para agirem no mundo.

MARQUES, Débora; PINTO, Priscila Júlio Guedes. Police stations dedicated to crime against women: identities and a tentative truth construction. **Revista do Gel**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 175-201, 2010.

ABSTRACT: *In this paper, a judicial inquiry at a police station dedicated to crime against women is analyzed in order to put into relief the following asserts: (i) how the sequential construction of adjacent patterns of Questions and Answers lead to a tentative truth construction, and (ii) how the participants identity co-construction is processed. This analysis is based on Conversation Analysis Ethnomethodology, Interactional Sociolinguistics and Ethnography.*

KEYWORDS: *Conversation Analysis Etnomethodology. Sociolinguistics. Ethnography. Sequential organization. Pursuit for truth. Identity.*

Referências

ANDRADE, D.N.P.; OSTERMANN, A.C. O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea. **Revista Calidoscópio**, Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 92-104, 2007.

ANGHER, Anne Joyce (Org.). **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. Identity as an achievement and as a tool. In: _____. **Identities in Talk**. London: Sage Publications, 1998. p. 1-14.

DREW, P. Contested evidence in a courtroom cross examination: the case of a trial for rape. In: DREW, P.; HERITAGE, J. (Eds.) **Talk at Work: Social Interaction in Institutional Settings**. Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 470-520.

DREW, Paul; HERITAGE, John. Analysing talk at work: An introduction. In: ;_____. (Eds.) **Talk at work: Interaction in Institutional Settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 470-520.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as formas jurídicas**. 4. ed. 3ª imp. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.

GAGO, Paulo Cortes. **Análise do discurso da sentença judicial penal**. 1997. 207 fl. Dissertação (Mestrado em Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. mimeo.

_____. A organização sequencial da conversa. **Calidoscópio**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 67-73, 2005.

GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 70-97.

HERITAGE, John. Conversation Analysis and Institutional Talk: Analysing Data. In: SILVERMAN, David (Ed.) **Qualitative Research: Theory, method and Practice**. London: SAGE Publications, 1997. p. 161-182.

HUTCHBY, I.; WOOFFITT, R. What is Conversation Analysis? In: _____. **Conversation Analysis**. Cambridge: Polity Press, 1998.

KAWULICH, B. B. Participant Observation as a Data Collection Method. **Qualitative Social Research**, v. 6, n. 2, art.43, p. 1-27, 2005.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MATOESIAN, G.M. The grammaticalization of participant roles in the constitution of expert identity. **Language in Society**, Cambridge, v. 28, p.491-521, 1999.

OSTERMANN, Ana Cristina. Localizing power and solidarity: Pronoun alternation at an all-female police station and a feminist crisis intervention center in Brazil. **Language in Society**, Cambridge, v. 32, n. 3, p. 351-381, 2003.

_____. A ordem interacional: a organização do fechamento de interações entre profissionais e clientes em instituições de combate à violência contra a mulher. **Alfa**, São Paulo, v. 46, p. 39-54, 2002.

PSATHAS, G. Discovering sequences in interaction. In: _____. **Conversation Analysis: The Study of talk in interaction**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995 . p.13-21.

_____. Sequence and structure in interaction. In: _____. **Conversation Analysis: The Study of talk in interaction**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995. p. 27-39.

RIBEIRO, B.T. ; GARCEZ, P.M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: AGE, 1998.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. Trad. Coord. Maria Clara Castellões de Oliveira. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 9-73, jan/dez. 2003.

SCHEGLOFF, Emanuel A. Analysing Single Episodes of Interaction: An Exercise in Conversation Analysis. **Social Psychology Quartely**, v. 50, n. 2, p. 101-114, 1987.

SCHEGLOFF, Emanuel, SACKS, Harvey; JEFFERSON, Gail. The preferences for self correction in the organization of repair in conversation. **Language**, v. 53, n. 2, p.361-383, 1977.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame \ consulta médica. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (Orgs.) **Sociolinguística Interacional**. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 120-141.

ZIMMERMAN, D.H. Identity, Context and Interaction. In: ANTAKI, C.; WIDDICOMBE, S. **Identities in Talk**. London: Sage Publications, 1998. p. 87-107.

ANEXO

Convenções de Transcrição

Os símbolos usados foram desenvolvidos por Jefferson e encontram-se em Sacks, Schegloff e Jefferson (1974).

[colchetes]	fala sobreposta
(1.5)	pausa em décimos de segundo
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos.
.	descida de entonação.
?	subida de entonação.
,	entonação contínua.
? ,	subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação.
:	alongamento de som.
-	auto – interrupção.
<u>sublinhado</u>	acento ou ênfase de volume.
MAIUSCULA	ênfase acentuada.
°	fala mais baixa imediatamente após o sinal.
° palavras°	trecho falado mais baixo.
Palavra:	descida entoacional inflexionada.
Palavra;	subida entoacional inflexionada.
↑	subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados.
↓	descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado.
>palavras<	fala comprimida ou acelerada.
<palavras>	desaceleração da fala.
<palavras	início acelerado.
hhh	aspirações audíveis.
(h)	aspirações durante a fala.
.hhh	inspiração audível.
(())	comentários do analista.

(palavras)

()

th

transcrição duvidosa.

transcrição impossível.

estalar de língua.